

Presidente da Mesa: ... Do Grupo Político do PCP, Isabel Lourenço vai ser substituída por Isabel Lopes da Silva.

Há também indicação, da parte da Isabel Lourenço, de que na ata de 24 de março é referido o seu nome várias vezes de forma errada; na prática, será "Isabel Lopes da Silva". Portanto, feita esta retificação aqui, será corrigido posteriormente.

Antes de entrarmos na nossa ordem do dia, e atendendo ao recente falecimento da anterior Presidente da Assembleia de Freguesia de Belém, Eugénia Dantas do Ó Santos, eu pedia, caso não se opusessem, um minuto de silêncio.

Portanto, existe, em relação a esta infeliz situação, uma proposta de voto de pesar que o Grupo Político do PSD gostava de formular.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Muito boa noite.

Infelizmente, estes momentos ??? para os que vivem, e para os que ficam ??? era uma grande amiga, uma colaboradora, uma incansável trabalhadora, uma grande autarca da freguesia ??? Partido Social Democrata, um voto de pesar ???, Dra. Eugénia Dantas do Ó Santos.

Vimos aqui apresentar um voto de pesar, atendendo às suas qualidades, elevado carácter, capacidade de liderança, foi uma grande autarca, Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém, que disponibilizou muito do seu tempo à gestão autárquica e a causas sociais e políticas, que dedicou a esta freguesia, tratando muitos dos fregueses por "tu", ??? toda a sua bondade, toda a sua generosidade, num combate político de grande frontalidade e de grande lealdade com os seus adversários políticos, que ela própria procurava cativar e tratá-los com o máximo respeito, com a máxima cordialidade, que demonstrou em todas as Assembleias que liderou.

Presidente da Mesa: Bom, tratando-se de uma proposta de voto de pesar, eu daria a possibilidade de todos os Grupos Políticos que quiserem usar da palavra, o fazerem, antes de passarmos à votação.

Nesse caso, passamos à votação. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Foi aprovado por unanimidade.

Vamos, então, entrar na nossa ordem do dia, com a intervenção do público. É um ponto que está previsto também no nosso novo Regimento, que estará em discussão também nesta sessão. Eu peço, naturalmente, ao público para que possa usar da palavra dentro daquilo que é o tempo razoável. O Regimento determina o tempo, o tempo limite está previsto no novo Regimento, mas eu penso que o bom senso é uma regra da utilização deste período de participação do público. Eu pedia para que se fossem inscrever, e depois daríamos a palavra por ordem de inscrição.

Muito bem. Dou a palavra à D. Ana Raquel Dias, se faz favor.

Ana Raquel Dias (Elemento do público): Boa noite a todos.

Não quero tomar muito tempo, e também não será necessário muito, para referir um assunto que já é do conhecimento desta Assembleia, e que nós sabemos que está numa das gravações da Câmara Municipal de Lisboa, que é, no fundo, o problema do Quarteirão Rosa. E é uma coisa que ??? o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já visitou, elementos da Câmara, responsáveis, também creio que já visitaram, já fizeram uma pequena reparação no pavimento da rua das traseiras da Gonçalo Nunes. E portanto, queria mais uma vez fazer uma chamada de atenção para esta situação, que está, realmente, na apreciação da Câmara, nós estamos cientes de que a Câmara está a apreciar para dar uma boa resolução, um acordo, seja ele qual for, e que, realmente, queremos deixar registada a nossa preocupação relativamente ao seguinte: estamos no mês de junho, julho, vai-se aproximar o mês de agosto, de férias, e depois, a seguir, temos o mês de setembro, temos as águas, e portanto, vamos ter novamente as infiltrações, água a correr, ??? da tela da rua.

E portanto, queremos pedir, mais uma vez, que não fique, realmente, no esquecimento. Nós estamos à espera de uma resposta, estamos cientes que a Câmara está a fazer o seu melhor, mas queremos que fique registada esta nossa preocupação, que é também grande.

Muito obrigada. É só.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. No final do período de intervenção, darei a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para dar as informações que entender.

Dou agora a palavra a José Caetano.

José Caetano (Elemento do público): Boa noite, meus senhores e minhas senhoras. Sou José Caetano, fui membro da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Belém durante vinte e cinco anos (que abandonei há quinze anos), ???. Ao longo da minha vida como autarca, colaborador, bati-me sempre pela segurança e prevenção rodoviária na freguesia. E volto a essa batalha.

Sr. Presidente, Srs. Membros, ??? Sr. Presidente desta freguesia, e gostaria de chamar a atenção para alguns pormenores, sobre a mesma segurança. Prende-se primeiro por morar em Caselas, o jardim está muito bonito, ??? maravilhosa, com uma diferença: está inacessível. A Rua do Miradouro, a meio, está intransitável. A Rua Padre Luís Fróis também está intransitável. Primeiro.

Segundo, uma batalha travada aqui, e discutida aqui por vários membros, que é a Avenida Ilha Madeira, ??? tem trinta anos. É possível ver lá alguém para que sejam postos os semáforos, que já lá deviam estar há muitos anos. É fácil: muitos pedidos, muitas promessas; até hoje, zero. Lamento. ??? fui lá profissional durante uns anos, há quarenta anos que já lá não estou ???.

Depois, dou umas voltas por aí às vezes, que gosto muito, e eu sei que o Sr. Presidente ???, e gostaria que o senhor desse uma voltinha de bicicleta à volta do Jardim de Belém, que os passeios estiveram uma vergonha, em tempos, foram recuperados, mas estão a aparecer alguns buracos no meio. No passeio paralelo à marginal, onde os autocarros ??? de turismo, estão caixas semiabertas no passeio, ???. Nos passeios à volta do jardim, portanto, há um buraco enorme entre o lancil, para o jardim, e o passeio. Tem quarenta centímetros de profundidade. Qualquer criança que lá meta um pé, ou um adulto, com certeza que ficará maltratado. O Sr. Presidente, é uma zona que conhece muito bem, que eu saiba.

As placas – que eu, há dias, falei com o Sr. Presidente, e o Sr. Engenheiro foi lá pessoalmente – continuam por remover, na Avenida do Restelo. O Sr. Engenheiro foi lá e disse que iria tratar.

Mais: há uma curva em Caselas – até dá a impressão de que não mora ninguém do Executivo em Caselas – há lá uma curva que tinha dois pinheiros, que durante vários anos, eram um risco iminente para as crianças e para os transportes, a curva dos pinheiros. O Sr. Doutor sabe, conhece. Eu, na altura, usei da palavra, aqui e em Caselas, várias vezes. ??? era uma árvore cedida por não sei quem; quando a árvore caiu, ??? um autocarro com crianças ??? em Caselas, e havia uma pessoa que, em tempos, falava deste assunto. Foi preciso cair. Continua lá outro pinheiro, ao lado, que ainda está em iminência de cair, para o lado do parque. Esperemos que a Junta, ou a Câmara, neste caso, acione meios para resolver o problema. Não estejam à espera de uma tempestade, como aconteceu este ano, e que depois lá vai aquilo que a gente sabe.

E por agora, é só. Muito obrigado pela atenção. Boa noite.

Presidente da Mesa: Obrigado. Dou a palavra agora ao Sr. Ricardo Azevedo.

Ricardo Azevedo (Elemento do público): Antes de mais, boa noite ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, ao Presidente da Junta de Freguesia, às forças políticas que estão presentes também aqui na Junta de Freguesia, e ao público.

Era o seguinte: o que eu vinha falar era relacionado com a Rua Bartolomeu Dias. A Rua Bartolomeu Dias, eu só vim cá dizer que a Rua Bartolomeu Dias está num estado completamente deplorável, completamente deplorável, e agradecia que se fizesse a total repavimentação dessa rua, porque passam elétricos, passam autocarros, e aquilo está um bocado complicado. Um bocado... está mesmo bastante complicado, está num estado mesmo deplorável.

E em segundo lugar, queria saber... aqui há tempos houve um documentário sobre como estavam os quartéis em Portugal, o estado dos quartéis, o estado em que estava ???. Mas eu, com isto, queria dizer: como é que é o estado atualmente do Quartel do Bom Sucesso, ou aliás, do Forte do Bom Sucesso? Como é que está o Forte, qual é o estado do Forte do Bom Sucesso?

Como disse, e tenho dito, em primeiro lugar, a resolução da Rua Bartolomeu Dias, e depois era como é que está o Forte do Bom Sucesso.

É só. Tenho dito. Boa noite.

Presidente da Mesa: Obrigado. Dou a palavra agora ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Faça favor.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. Boa noite a todos os presentes.

Quanto à primeira intervenção, da D. Raquel Dias, volto a dizer que a situação, de facto, foi falada de uma forma mais direta na última reunião descentralizada da Câmara ??? vai ver da situação. Há dois, três dias, recebi um *e-mail* em que... entre moradores e o Sr. Vereador, lhe deram conhecimento, em que ele, realmente, no dia em que foi lá suscitada a questão ???, e ele pensava que já estava ??? a situação, e comprometeu-se agora a reavivar um pouco essa questão. ???. Entretanto, disse-me que já tinham tapado alguns buracos, não foi? Pronto, mas foi isso.

Ana Raquel Dias (Elemento do público): Dá-me licença? O que fizeram foi: na mesma rua, estava à vista o asfalto aberto, e havia a tela... Eles, em vez de retirarem o asfalto e reporem a tela, abriram mais o asfalto, retiraram a tela velha, o buraco ficou maior, e taparam com asfalto, porque não aderiria o asfalto se não retirassem a tela.

Presidente do Executivo: Pronto, obrigado.

Sr. José Caetano, agradeço a sua intervenção sobre a parte de segurança e prevenção rodoviária, que como calcula, isso é uma questão muito importante para nós, apesar de não ser diretamente uma questão que seja da nossa competência, mas obviamente que temos também algumas competências nesta matéria, mas é mais uma questão da Câmara.

De qualquer forma, aquilo que quero dizer é o seguinte: aqui na Avenida Ilha da Madeira, já identificámos, conjuntamente com a Câmara – aliás, por toda a freguesia, mas no âmbito deste caso concreto, e face ao perigo real que representa, ??? uma intervenção ali ??? no seguinte: pôr semáforos, pôr também ???, e pôr também passadeiras sobrelevadas naquela zona, para se poder passar ??? em vários sítios, pronto. Mas, ??? é mesmo em frente ao ???. E aí já os carros vêm mais devagar. ??? cinquenta quilómetros à hora, isso ninguém liga muito a isso.

Quanto à Rua do Miradouro e à Rua Padre Luís Fróis, em Caselas, que estão num estado completamente intransitável, nós registamos, e sabemos – aliás, o meu colega João Carvalhosa vive lá nessa zona. Mas, enfim, não é só aí, é em vários sítios, em vários sítios. Por exemplo, a entrada ??? já está um bocadinho melhor do que estava antigamente, mas ???, mas agora, agora, recebi uma comunicação, também há tempos, da Câmara, em que está a ser preparada uma grande empreitada, a começar pelos sítios prioritários em Lisboa, e nós até

ficámos agora de perguntar à Câmara se há alguma dessas ruas aqui da freguesia que esteja incluída nesses trabalhos. Esperemos que sim. Mas, realmente, as ruas estão cheias de buracos. Como sabem, isso é uma das matérias que é da Câmara; nós só podemos pressionar, enfim, e se houver possibilidade, tentar ajudar no que for necessário, porque é uma competência própria da Câmara de Lisboa.

Os passeios em mau estado junto aos Jardins de Belém, isso já é uma competência nossa. Mas, como sabe, aquela zona está toda em obras neste momento. Nesta zona de Belém, está tudo ??? e irá continuar durante as próximas semanas ainda ???. Até ao final de julho, esperemos ter aquela zona do Jardim Vasco da Gama, e as esplanadas, já toda resolvida ???. Mas, em algumas delas, ainda houve aqui mais umas obras, por causa ???, e está a ser feito. E aqui no Jardim de Belém, também ??? por causa desse tipo de empreitada. Mas, nós não temos parado, temos sempre pessoas a remendar passeios em vários sítios, não paramos. Acho que é fundamental, e vamos ??? aqueles sítios ???. Mas, mesmo onde há lombas, muitas vezes temos ???.

Presumo que quando fala nos Jardins de Belém, será aquela zona mais da Praça do Império, se calhar. Mas, pronto, vamos ver o que é que se passa aqui junto à Avenida Ilha da Madeira.

??? na Avenida do Restelo: isto é que eu não sei o que é que quer dizer...

José Caetano (Elemento do público): Eu falei com o Sr. Presidente ??? com o Sr. Engenheiro da sinalética, para pormos lá ???.

Presidente do Executivo: Mas, para remover o quê?

José Caetano (Elemento do público): Remover uma placa que está ??? na Avenida do Restelo, mas tem que ser deslocada para o cruzamento da Rua dos Jerónimos com... ??? ser visível, quem vem da Avenida do Restelo, e quem sobe para a Rua dos Jerónimos.

Presidente do Executivo: Mas, a Avenida do Restelo não tem ligação com a Rua dos Jerónimos, desculpe lá. A Avenida do Restelo, com a Rua dos Jerónimos, está bem, sim, sim. Há lá umas placas, está bem, há lá umas placas, sim senhor, também já tinha mandado ver isso, aquelas placas que estão lá. Está bem, vamos ver isso, ver o que é que se pode fazer.

Sr. Ricardo Azevedo, falou na Rua Bartolomeu Dias, em estado deplorável ??? a Rua de Pedrouços, que é onde o senhor mora, mas estão todas muito mal, de facto. E estão assinaladas também, para a Câmara, dentro das suas disponibilidades, ter ali umas medidas ??? porque, realmente, são ruas com muito movimento, e há imenso tempo está previsto fazer-se o asfaltamento dessas ruas. Mas, entretanto, quando se vai avançar, já há outras prioridades, e realmente, ??? há muito tempo, devidamente assinaladas ???.

O Forte do Bom Sucesso: o Forte do Bom Sucesso, como sabe, é um monumento que está cedido pelo Estado Português à Liga dos Combatentes. A Liga dos Combatentes é que está a ocupar o Forte do Bom Sucesso, tem lá o museu, a sede, e aquilo até tem uma certa utilização, ??? com vários tipos de exposições e outras iniciativas. Portanto, é a sede administrativa... era isso que me estava a perguntar, qual o estado do Forte do Bom Sucesso. É a Liga dos Combatentes.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Está concluído o período aberto ao público.

Dou a palavra ao Manuel Costa, do PS.

Manuel Costa (PS): Manuel Costa, do PS, e queria só fazer um acrescento. Já que falámos aqui de segurança, com a intervenção do Sr. José Caetano, há uma situação muito preocupante aqui no Bairro do Restelo, na Avenida das Descobertas, desde que abriu uma escola nova ao pé do hospital. Principalmente a horas de ponta, ver os pais com crianças a atravessar aquela rua. Eu pergunto se não havia – já agora, que estamos a falar de segurança – possibilidade de se meter uma rede, ou falar com quem de direito, porque aquilo é perigoso. A falta de civismo de alguns pais é tremenda, os automobilistas por vezes também têm alguma falta de civismo, e poderá a qualquer momento acontecer ali um acidente, como já aconteceram ???, e se calhar poderíamos fazer qualquer coisa para tentar melhorar aquela passagem.

Era isso que eu queria dizer.

Presidente da Mesa: Eu penso que nós podemos contextualizar esta intervenção já dentro do período de antes da ordem do dia. Portanto, se outros membros da Assembleia pretenderem, dava-vos a palavra.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Belém, antes de mais, fico muito satisfeita com a sua presença hoje aqui. Aliás, já lhe tinha dito pessoalmente. Isabel Lopes da Silva.

Eu tenho aqui uma moção que queria apresentar a votação. Não sei como é que o Sr. Presidente da Mesa quer proceder. Leio-a, ou dou à Mesa para ler?

Presidente da Mesa: Eu sugeria que lesse, e depois eu submeteria à votação no final do período de antes da ordem do dia. Mas, se quiser, faça favor de ler a moção, e depois, a seguir, teremos as outras intervenções, e no final seria votada.

Isabel Lopes da Silva (CDU): Isabel Lopes da Silva.

Moção:

“As eleições ao Parlamento Europeu, do passado dia 25 de maio, pautaram-se, na Freguesia de Belém, por uma série de procedimentos e problemas que não

estão de acordo com o habitual e normal funcionamento das Assembleias de Voto, nem com o regime democrático português.

O local elegido para a instalação da Assembleia de Voto (Escola de Paula Vicente) não tinha as condições essenciais para garantir o acesso às secções de voto por parte de eleitores com mobilidade reduzida. O facto de se ter optado por colocar secções de voto no primeiro andar, sem elevador, levou a múltiplos problemas e protestos.

Esta situação deverá ser analisada e comunicada à CML (Câmara Municipal de Lisboa), de forma a se poder evitar problemas semelhantes nas futuras eleições. Dever-se-á providenciar também uma melhor sinalética e informação aos eleitores que se dirigirem às Assembleias de Voto antigas.

Acresceu a estas dificuldades a atuação do Sr. Presidente do Executivo da Junta de Freguesia de Belém, Dr. Fernando Ribeiro Rosa, que ultrapassou largamente as suas competências e interferiu de forma negativa no processo eleitoral, desrespeitando as normas vigentes e divulgadas pela Comissão Nacional de Eleições. Como o Sr. Presidente do Executivo da Junta de Freguesia insistiu na sua conduta, apesar dos avisos recebidos, o PCP decidiu apresentar queixa à Comissão Nacional de Eleições.

O PCP lamenta profundamente esta sequência de acontecimentos, e espera que, de futuro, as normas vigentes sejam respeitadas, e que se possam tomar as medidas e precauções necessárias para que os atos eleitorais da Freguesia de Belém se possam efetuar de forma tranquila e legal.

*Pelo Partido Comunista Português
Isabel Lopes da Silva”*

Quer, Sr. Presidente, que eu entregue?

Presidente da Mesa: Se faz favor, que depois coloco à votação no final deste período de antes da ordem do dia. Muito obrigado.

Tenho a inscrição de Pedro Rodrigues, do Partido Socialista, e Manuel Fonseca Costa, também do Partido Socialista. Não sei se mais alguém... Teresa Almeida.

Pedro Rodrigues (PS): Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Pedro Rodrigues, PS.

Pedimos a palavra para fazer um pedido; neste caso, um pedido com carácter pedagógico: que o próximo ato eleitoral não seja tão mal organizado como o anterior, o que creio ser fácil. É que os atos eleitorais não devem ser palco do descontentamento dos eleitores, tal como aconteceu. Os atos eleitorais não devem ter tantas reclamações, tal como aconteceu ????. A disposição das salas, com mesas de voto em dois pisos, sem meios mecânicos, é inaceitável num ato eleitoral, tal como aconteceu, e assistimos de forma ??? a um conjunto de reclamações de pessoas que se dirigiram às mesas de voto a dizer que não

voltariam a votar naquelas condições, mesas que foram encerradas por algumas reclamações também de alguns eleitores que não queriam subir ao primeiro piso, o que motivou um constante pedido de ajuda aos bombeiros, que tiveram uma tarde bastante atribulada, bastante ocupada. Novamente, reclamações de eleitores, por as mesas estarem encerradas, ou momentaneamente encerradas, pela deslocação das mesas para o primeiro andar, ou nível térreo, que também, enfim, gerou novamente descontentamento e algumas reclamações, uma certa confusão que eu acho que era perfeitamente evitável, e que não seria difícil transformar, mesmo aquela Escola de Paula Vicente, num espaço com salas só disponíveis no primeiro piso, o que me parecia lógico numa situação destas.

Também um segundo ponto, que nos pareceu também essencial: quando há uma alteração... enfim, durante tantos anos houve votações e eleições na Escola Secundária do Restelo, e lá em baixo, na Escola Marquês de Pombal, deveria ter sido acautelado prestar uma informação, enfim, com maior expressão, na alteração do local, porque houve muita gente a deslocar-se a estas escolas, pensando que eram ali os atos eleitorais. Não estavam lá, obviamente, os atos eleitorais; tiveram que se deslocar novamente para a Escola de Paula Vicente, pelo que chegaram já muito insatisfeitas. E portanto, eu acho que tudo o que se possa evitar para que os eleitores – já em si alguns com alguma incapacidade física, e com alguma dificuldade motora – poderem-se deslocar às mesas de voto, e se, enfim... com esse descontentamento, estamos a contribuir claramente para uma maior abstenção, e penso que não é esse, com certeza, o objetivo, obviamente, desta Junta.

Mas, esperemos que, de facto, de acordo com este nosso pedido, fosse acautelada, na próxima situação, nos próximos atos eleitorais, uma melhor disposição das salas, que seria simples, e seria facilmente... digamos, toda esta confusão que se gerou seria evitada.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Dou a palavra a Manuel Fonseca Costa. Não tinha pedido a palavra? Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Muito boa noite, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Junta, restantes membros da Assembleia de Freguesia.

Eu, por um lado, gostava de corroborar, enfim, esta situação, sobre a situação desagradável que se viveu no dia das eleições para o Parlamento Europeu. Percebe-se que houve necessidade de juntar num único local as mesas de voto, e isso é perfeitamente compreensível, tendo havido reunião destas duas antigas Juntas numa só. Mas, de facto, não me parece que seja razoável, numa altura em que tanto se fala na acessibilidade e nos direitos dos cidadãos, que tivesse havido esta restrição tão forte, que foi sentida em quase todas as mesas. Eu apenas estive presente numa das mesas, estive presente numa das mesas de voto, e, de facto, esse tipo de situação também ali aconteceu, e este descontentamento

permanente que as pessoas demonstravam, e também pessoas idosas, que felizmente ainda são as pessoas idosas que querem votar, e eram aquelas que estavam a ser mais penalizadas na sua acessibilidade.

Portanto, era também esta recomendação, que o próximo ato eleitoral possa ser programado com estes princípios, e que estas situações estejam resolvidas. Portanto, apenas para corroborar isso.

E também tinha pedido a palavra para dizer que eu tive alguma dificuldade em estar aqui hoje presente, vim, mas terei que me ausentar a meio da reunião, e portanto, pedia a vossa compreensão.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não sei se há mais pedidos de intervenção. Não sei se o Sr. Presidente da Junta, tendo sido visado na moção, se pretende intervir, e depois passaríamos à votação da moção. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, ouvi com muita atenção as vossas questões, com algumas até posso concordar, em alguns aspetos até posso concordar que se pode melhorar. Foi a primeira vez que fizemos nas instalações daquela escola, mantenho que tem as condições adequadas de espaço, propriamente falando; a questão de ???, penso que é uma boa solução. Mesmo assim, sendo que as pessoas tiveram dificuldade em lá ir, e que isso criava alguma dificuldade com o próprio voto, posso-vos dizer que combatermos a abstenção em mais de 12% em relação à média nacional: a abstenção foi de 65%, e nós tivemos 53%. Portanto, mesmo assim, situações tão más, e ainda conseguimos combater 12% da abstenção em relação à média nacional. Enfim...

Bem, quanto à moção do Partido Comunista Português ??? eu, realmente, recebi lá uns papéis da Comissão Nacional de Eleições, mas ??? porque exerci as minhas funções, exerci e continuarei a exercer em situações idênticas. E nas duas questões, já respondi à Comissão Nacional de Eleições, e mais, fiz uma participação contra a CDU (ou PCP, já não me lembro), por tentar utilizar abusivamente, em campanha eleitoral, os nossos cartazes oficiais da Junta de Freguesia. Uma vergonha, está documentado. Está documentado oficialmente, temos fotografias. Foi enviado para a Comissão Nacional de Eleições, o Partido Comunista andou a fazer propaganda eleitoral em MUPI's oficiais da Junta de Freguesia, e portanto, isso é uma infração, como sabe, ??? durante a campanha eleitoral.

Mas, enfim, só vos quero dizer que o que o Partido Comunista me queria ??? foi de eu ter pedido ao Presidente de uma mesa em que havia duas pessoas, dois deficientes que tinham ido votar, e tinham medo de ser transportados pelos bombeiros, pelas escadas, e portanto, se não os deixavam ??? Presidente da Mesa ??? como está previsto, aliás, na página 18 do manual dos membros das mesas (está lá isso previsto), para recolher os votos, e depois ??? como, aliás, já em anos anteriores se tinha feito, e também se fez.

Depois, a outra foi também que o Partido Comunista quis participar de mim, também no sentido de que deixei uma pessoa votar depois de a Assembleia estar fechada. Um perfeito disparate, porque aí o que se passou foi, de facto, que a pessoa já estava dentro da Assembleia de Voto, ??? foi perguntar aos nossos funcionários onde é que era a mesa de voto dele; e o que está definido é que as pessoas que lá estiverem dentro podem votar; se estiverem no corredor, nas casas de banho, ou isso... Portanto, o Presidente da Junta tem que dar uma volta pelos corredores e pelas casas de banho, e depois ??? às mesas para fecharem as portas. Aconteceu que uma senhora ??? se aproveitou das suas funções ??? que estava numa mesa e fechou a porta ???. E portanto, foram essas as ditas infrações que o Presidente da Junta cometeu.

Bem, quanto à questão que aqui foi referida, nomeadamente das Descobertas ??? competência da Câmara, poder-se-á ver isso. Agora, aquilo é um perigo, nem é por causa da rede; é que, do outro lado, os carros estacionam em segunda e terceira fila, e isso, ter lá a rede ???. Por isso, a rede também não ??? é mais uma questão de falta de civismo de muita gente.

E a tudo o resto, já respondi. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Dr. João Carvalhosa.

João Carvalhosa (Vogal): Só uma questão, ainda em relação a esta questão do estacionamento, e da perigosidade, que é óbvia, mas temos feito a sensibilização de que quem está na Câmara Municipal, e quem exerce o poder de licenciamento, da alteração dos usos pelos edifícios, é que tem que ter, à partida, a capacidade de avaliar que, obviamente, criar um colégio para trezentas crianças numa avenida com três faixas, sem estacionamento algum, isso é que é o erro principal. E aí é que nós devemos investir, e pedir a quem tem essa responsabilidade que não o faça; porque não se pode autorizar, desvirtuar o que é um edificado, os fins dos edificados, e depois vir dizer: “Agora que está desvirtuado, então vamos alterar tudo, que é para acolher este desvirtuamento dos fins.” Acho que se deve começar por aí.

Presidente do Executivo: Obrigado.

Sr. Presidente, só para rematar: o que eu queria dizer, é evidente, tirámos ilações, como é lógico, de algumas deficiências que houve, até porque era a primeira vez que fazíamos naquelas instalações. E quero ver se em próximas eleições podemos melhorar significativamente essa questão, nomeadamente ???, não vou dizer tudo já, mas já temos uma ideia para que, particularmente, essa situação fique ultrapassada, a questão dos acessos a deficientes, mais bombeiros ???. E, realmente, temos uma solução; mesmo na Paula Vicente, podemos realizar o ato eleitoral muito bem, e na próxima ??? para melhorar essa questão.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem, muito obrigado.

Vamos passar à votação da moção apresentada pelo Partido Comunista Português. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém?

Ora, foi reprovada, com cinco (5) votos a favor, oito (8) contra, e uma (1) abstenção. Eu vou repetir, para ficar claramente na ata: foi reprovada com sete (7) votos contra, cinco (5) a favor e uma (1) abstenção.

Vamos passar para a nossa ordem do dia. O primeiro ponto que temos, depois da intervenção do público e do período de antes da ordem do dia, é a Apreciação e aprovação das atas das Sessões de 24 de março e de 22 de abril.

As atas foram distribuídas, e eu pedia a todos os que entendem que existem correções que são necessárias, que possam pedir a palavra.

Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Nós consideramos que não há condições para fazer a aprovação destas duas atas, uma vez que não nos foi sujeita a ata da reunião de 18 de março, que antecedeu estas duas que nos propõem apreciar. E por isso, entendemos que primeiro deveria haver a apreciação dessa ata, e depois, então... Tem que haver um registo... Eu passo a explicar: portanto, houve uma convocatória para uma reunião, nós deslocámo-nos aqui, a Assembleia constituiu-se, e houve uma posição por parte do Partido Comunista que impediu que a reunião prosseguisse. Mas, penso que esse ato tem que ser registado, tem que haver um registo dessa situação, da moção que foi lida pelo Partido Comunista e que deu origem – que teve intervenções – e que deu origem a não poder concretizar-se essa reunião, e esse ato tem que ficar registado. Não pode, na vida da Assembleia de Freguesia de Belém, não pode haver uma omissão sobre esse ato. Tanto mais que a primeira das atas que nos é proposta refere exaustivamente, logo no início, um ponto da própria Junta de Freguesia relativamente ao que se passou nessa Assembleia de Freguesia.

Portanto, eu penso que, seja a ata, seja o que for, tem que haver um registo, sujeito à nossa avaliação, daquilo que se passou naquele dia.

Presidente da Mesa: Esse ponto é um ponto pertinente; fazem referência a que na primeira ata, de 24 de março, há um registo sobre essa situação.

Dou a palavra ao Manuel Machado.

Manuel Machado (2.º Secretário, PSD): Manuel Machado, Secretário da Mesa.

Sobre essa questão ????. No entanto, a omissão, que é aqui a preocupação que é suscitada, que compreendo ??? é largamente mencionada na ata de 24 de março. ??? está tudo aqui referido. Ou seja, para motivos históricos, ou coisa assim, uma pessoa que venha aqui depois ver ??? e a moção do PCP, e o PCP

também ??? o que for, a moção que fez ??? na reunião. Não sei se isto aqui é ??? da Assembleia. Mas, realmente, existe aqui, a omissão existe.

E isto é só um ponto de vista que queria aqui deixar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, porque eu acho que a pior coisa que nós poderíamos fazer era, em incidentes processuais, estarmos a prejudicar a nossa reunião. Não ??? absolutamente nada, se se constituiu a Assembleia, e se temos uma reunião, que possa haver uma ata. Pergunto é se não podemos aprovar – com o compromisso de que haverá uma ata sobre essa reunião – se não poderemos aprovar as atas das reuniões seguintes, na medida em que nada contendem com essa reunião anterior, que tendo-se realizado, terá obviamente que ter uma ata, por mais sucinta que seja. Não me parece... mas, obviamente, não quero prejudicar o escrutínio que fará. Não me parece é que seja prejudicada a possibilidade de aprovarmos as atas seguintes, até porque, a todo o momento, nada obriga, penso eu, a que as atas tenham que ser aprovadas de uma forma sequencial. Mas, eu dou a palavra ao Presidente.

Teresa Almeida (PS): Antes de o Sr. Presidente falar, já agora, eu gostaria de relembrar que aqui nesse registo, em que nos dizem que refere esse incidente, a própria vogal Anabela Sancho diz aqui que apesar... “que todos nós tivéssemos estado aqui na última Assembleia de Freguesia, apesar da falha processual que houve, e pensando acima de tudo nos fregueses, se tivesse apelado ao bom senso, e que todos nós pudéssemos ter tido a capacidade de nos reunir.” Portanto, é a própria vogal que refere que estivemos aqui numa Assembleia de Freguesia.

Portanto, eu pedia que isso, de facto, fosse tomado em consideração. Não vemos qualquer inconveniente, desde que haja o compromisso por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de que vai aparecer um documento que registe, não só aquela convocatória, aquela constituição que houve, e todas as intervenções que existiram a propósito dessa reunião. E caso esse compromisso esteja assumido, obviamente que não teremos qualquer problema em aprovar as outras atas. Em sentido contrário, é evidente que nós consideramos que há aqui um lapso que não pode, ou não deve prosseguir.

Presidente da Mesa: ??? que não estava cá nesta ocasião, terá sido outro Presidente nessa ocasião, e portanto, terá que estar em condições de fazer uma avaliação desse documento de uma forma mais adequada. Mas, consultei-o previamente, antes de dizer aquilo que disse.

Eu dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Eu, enfim, queria colocar aqui uma questão ??? como é que pode ter havido uma reunião de Assembleia de Freguesia se a própria Assembleia de Freguesia, os membros consideraram que não tinha havido uma convocatória devidamente elaborada nos termos legais e regulamentares para que ela se pudesse constituir? Quer dizer, então estão a dizer que a Assembleia se pode ter reunido e não ter sido convocada; deram a crer... Então, uma Assembleia pode-se reunir se não for devidamente convocada? Claro que não. Logo, a Assembleia ??? e não se chegou a reunir. Tentou-se, de facto, que a Assembleia fosse naquele dia, houve uma convocatória, pensámos ??? tinha chegado aos destinatários, mas chegou-se à conclusão que não, e foi a própria Assembleia que tomou essa decisão, de não haver Assembleia, porque tinha havido uma deficiência na convocatória, que a convocatória não existiu em termos práticos e legais. Portanto, se não houve convocatória, não pode haver uma Assembleia de Freguesia. ???

Presidente da Mesa: Sobre esta matéria, há mais pedidos de intervenção? Partido Comunista Português, Isabel Lopes da Silva, se faz favor.

Isabel Lopes da Silva (PCP): Se me dá licença, Isabel Lopes da Silva, PCP.

Eu posso-me pronunciar: o que sucedeu foi que a suposta convocatória vinha munida de uma irregularidade: não tinha ordem de trabalhos, e segundo eu tive ocasião de me aperceber – não era o nosso caso, porque recebemos os papéis, os documentos a horas, quarenta e oito horas antes da reunião – porém, o Partido Socialista, e na pessoa da Teresa Almeida, mostrava ao Sr. Presidente da Mesa substituto a data do carimbo dos nossos saudosos CTT, do nosso CTT desaparecido. O Sr. Presidente sabe isso. Pronto, isso foi o que aconteceu.

A tal convocatória, que não chegou a ser, de facto, convocatória, vinha munida de irregularidades. Eu tinha dito, na altura, que vivemos num país de regras e leis, e foi simplesmente isso. A reunião abortada, e foi convocada, e muito bem, para dia 24 de março, então, uma Assembleia de Freguesia como deve de ser, com todos os requisitos legais. E a reunião fez-se normalmente, houve logo no início uma intervenção de um membro feminino da Mesa, uma intervenção deplorável, arrogante, que eu não vou entrar em pormenores, mas não me esqueço. Perdooo, mas não esqueço.

E agora, parafraseando – desculpem só este bocadinho – o Frei Bento Domingues, meu grande amigo de há muitos anos, e que dá missa aqui ao domingo na freguesia, “todas as mulheres e todos os homens têm cura, é preciso é encontrar os remédios certos”. E a esperança de Frei Bento é também a minha esperança. Isto aplica-se àquele dia. Desculpe, Sr. Presidente, não estava (e foi pena não ter estado), mas, de facto, houve depois compreensão, naturalmente, dos juristas aqui presentes, e fez-se a convocatória, então, com todos os seus trâmites legais, no dia 24 de março, que se realizou entretanto.

Tenho dito.

Presidente da Mesa: Tenho um pedido de intervenção anterior do Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Eu só queria dizer que, de facto, a convocatória em si não tinha nenhuma ilegalidade, e pelo contrário, foi bem elaborada, a convocatória foi bem elaborada. O Partido Comunista Português tem que se atualizar, ainda não se atualizou com a Lei n.º 75. Neste momento, a convocatória tem que ser feita com oito dias de antecedência, a convocatória; e a ordem do dia, a ordem de trabalhos – nós chamamos “ordem do dia”, ordem de trabalhos – a ordem do dia tem que ir até três dias antes da Assembleia ????. Portanto, não tem que ser com a convocatória; a convocatória tem que ser oito dias antes, e os documentos vão depois. Portanto, não era necessário ??? a mesma convocatória ??? Lei n.º 75, houve uma alteração ??? os documentos todos juntos ???.

Aqui, o que ocorreu foi isto: não chegou a haver Assembleia, não chegou a constituir-se, só porque a convocatória chegou ??? não preencheu os prazos legais de chegar às pessoas ????. Foi única e simplesmente isso, ????. Agora, quanto ao conteúdo da convocatória, está bem elaborada, e isso, peço aos Srs. Juristas para ???.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Deixem-me fazer uma proposta, sem querer eliminar a possibilidade, quer do Partido Socialista, ??? Teresa Almeida ???, gostava de fazer a seguinte proposta: a convocatória foi assinada por mim; tendo sido assinada por mim, o Presidente substituto, Branco da Silva, iniciou a reunião porque considerou que a reunião poderia ocorrer. Foi o momento em que se tomou a decisão em relação à possibilidade de realizar a reunião. Divergimos quanto à legalidade ou ilegalidade, quanto à regularidade ou irregularidade da convocatória. Não houve reunião a partir do início da sessão, mas a sessão iniciou-se, porque o Presidente em exercício, Branco da Silva, considerou que a convocatória habilitava ao início da reunião.

Logo, eu sugeria o seguinte: vamos fazer a ata dessa reunião; eu não acompanho outras pessoas, designadamente o Sr. Presidente da Junta, que exista uma impossibilidade em que seja realizada a reunião, mas foi a decisão, de não se fazer a reunião. Portanto, depois de se ter iniciado a reunião, houve uma proposta, e essa proposta foi aceite; não se fez, não se continuou a reunião. E isso vai ficar registado, ficando registado através de uma ata.

Portanto, eu pedia para que aceitassem esta minha prerrogativa, de tendo assinado a convocatória, e tendo a Mesa, que é quem apresenta as atas, a possibilidade de apresentar esta ata, esta ata será apresentada.

Pedia apenas que pudéssemos votar aquelas atas que estão aqui em votação. E pelo que percebi, o Partido Socialista não se opõe à votação destas atas, na medida em que exista uma ata que relate a não realização da outra reunião, após a sessão se ter iniciado – porque a sessão iniciou-se, o Presidente em exercício iniciou a sessão. Se iniciou, isso fica registado.

Mesmo assim, ainda querem usar da palavra, ou podemos passar à votação?

Teresa Almeida (PS): Era só precisar que nessa dita reunião, até houve um período antes da ordem do dia, de atribuição de prémios. Portanto, não houve só isto; houve mais atos nessa Assembleia.

Presidente da Mesa: O que significa que a convocatória era regular, e não se continuou a sessão porque foi decidido não continuar a sessão.

Margarida Cabral (PSD): Em relação a este assunto, eu estou totalmente – Margarida Cabral, PSD – eu estou totalmente de acordo com esta solução, acho que, de facto, é o que faz sentido, até porque o registo daquilo que aconteceu não pode nunca ser ??? para ninguém, e portanto, é vantajoso.

Em relação à votação das atas, esta votação das atas, eu queria perguntar só se a lista de presenças fica anexa às atas. É que as atas não têm referência às presenças, e acho que deveríamos anexar às atas a lista de presenças, em cada uma das reuniões. Não sei se é essa a prática anterior, ou se é a minha inexperiência a falar.

Presidente da Mesa: Caso concordem, passamos à votação da ata do dia 24 de março. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

A Ata do dia 22 de abril: Quem vota a favor?

Hélder Correia (CDS-PP): Sr. Presidente, posso?

Presidente da Mesa: Faça favor.

Hélder Correia (CDS-PP): É só para fazer uma pequena retificação aqui numa intervenção que faço – Hélder Correia, CDS-PP – que me parece que está um bocadinho confusa, e até contraditória. E portanto, pergunto qual será a melhor forma para que se faça essa mesma retificação, designadamente na página 3 da Ata de 22 de abril de 2014.

Presidente da Mesa: É extensa a retificação?

Hélder Correia (CDS-PP): Não, é breve, muitíssimo breve.

Presidente da Mesa: Eu sugeria que fizesse oralmente, neste momento, a retificação, e isso ficará registado.

Hélder Correia (CDS-PP): Perfeito. No fundo, substituindo a última intervenção da página terceira de cinquenta e duas, desta ata de 22 de abril, dizer que aquilo que se deveria ter dito era o seguinte: “Do nosso ponto de vista, é impossível conceber abril sem conceber o 25 de novembro; isto é, os valores universais que merecem ser celebrados com o mote do 25 de abril, não podem sê-lo sem

celebrar o 25 de novembro. E por isso, a minha abstenção deve-se, para que não se possa esquecer, nem se apague da memória esta data de novembro.” No fundo, é isto.

Julgo que, se todos concordarem, foi isto que disse na altura, e não esta repetição de abril, e abril.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Naquilo que diz respeito à data, parece-me ser uma correção factual, até porque se percebe que existe aqui alguma incongruência na repetição; o que tem a ver com alguma ???, isso, eu julgo que poderá estar a extravasar aquilo que se reporta a uma retificação. Isto é, quando se referiu à substituição da data, penso que podemos aceitar, mas a seguir a essa substituição, desenvolveu um raciocínio que não está completamente... eu até dizia que se abre um precedente, se concordarem, que é: obstar-mos a, por via da retificação, desenvolver novos argumentos, porque depois, ??? uma questão, que eu acho que todos concordamos, que acredito que será exatamente em linha com aquilo que se pretendia. Tenho, em qualquer caso, receio que esse precedente nos leve a depois estar a reescrever a intervenção. Eu penso que com a sugestão que fez, da substituição, onde se diz “25 de abril”, “25 de novembro”, fica inteiramente clarificado, caso concordem.

Hélder Correia (CDS-PP): Muito obrigado. Eu julgo que sim, até porque, pela leitura rápida, há que perceber que pela repetição e contradição do “25 de abril”, não era isso que eu queria ter dito, nem foi isso que disse. De facto, para não abrir um precedente, que também não quero fazer disso um cavalo de batalha, se a Mesa conseguir fazer essas alterações de escrita, tem, claro, o meu total apoio.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem, muito obrigado.

Vamos, então, passar à votação da Ata de 22 de abril. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada também por unanimidade.

Vamos agora a um ponto muito importante, porque regula a orientação do nosso funcionamento. Trata-se do Regimento da Assembleia de Freguesia. E quero agradecer a toda a Assembleia, ao grupo de trabalho que reuniu vários grupos, e que trabalhou com a Presidente deste grupo de trabalho, Margarida Cabral, na elaboração desta proposta.

E dava a palavra à Margarida Cabral, do PSD, para fazer a apresentação desta proposta de Regimento.

Margarida Cabral (PSD): Muito obrigada.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que esta proposta de Regimento é, de facto, produto de um grupo de trabalho onde foi possível trabalhar muito bem, em

diálogo. E eu, de facto, acho que chegámos a uma proposta absolutamente consensual de todos os grupos. E isso, eu queria dizer primeiro, pessoalmente, agradecer essa possibilidade, esse espírito de colaboração; e politicamente, dizer que isto demonstra que é possível, de facto, pelo menos nas freguesias, nas Assembleias de Freguesia, trabalharmos todos juntos, independentemente da cor partidária, e isso também, de facto, é bom, é bom para a política, e é bom para dignificar quem exerce cargos eletivos.

A proposta de Regimento que consta da ordem do dia foi depois ainda mais trabalhada no grupo de trabalho – a que foi enviada com a ordem do dia – e foi ainda objeto de algumas alterações, que foram também elas consensualmente reconhecidas pelo grupo de trabalho. Ainda há duas retificações, que eu ainda pediria à Assembleia, ao Presidente da Assembleia, para que a proposta fosse aprovada com mais estas duas retificações, para além de dois erros de escrita, que também têm que se retificar – uma vírgula a mais, e outro é a falta de um “de” – mas, isso são retificações de erros puramente materiais.

Quanto ao mais, ao conteúdo da proposta, julgo que chegámos a um documento que tem grande parte também das heranças dos Regimentos das Assembleias das Freguesias que antecederam a Freguesia de Belém, e que será um documento que nos permitirá trabalhar com agilidade e para o essencial. Por outro lado, naquilo que se entendeu ser essencial, ser importante, em alguns aspetos, a proposta de Regimento repete o que está na Lei – nalgumas coisas diria até, como jurista, que repete mais do que teria que repetir, mas que, de facto, ajuda até a que o próprio documento possa funcionar, ou que o Regimento possa funcionar sem que se tenha que constantemente estar a consultar a Lei, o que facilita a vida. E também reconheço ??? os juristas têm a mania que a Lei é só para eles. E portanto, julgo que, nesse aspeto, o Regimento tem um bom equilíbrio entre aquilo que... reflete a Lei, e muitas outras coisas que estão na Lei, e não têm que aqui ser repetidas.

Têm, então, já a última proposta de Regimento. Portanto, no art.º 11.º, alínea i), passa-se a ler: “??? através dos adequados meios informativos ou ???”, evitando fazer referência só ao Boletim da Junta de Freguesia; como podem ver, outros meios informativos, designadamente a internet. Por isso, passava, se todos concordarem, a dizer isto.

E no final, depois, no art.º 32.º, é uma retificação de um lapso ??? fazendo referência aos documentos ??? e não fazer referência àquilo que consta atualmente. E portanto, terá que se dizer: “Serão divulgados publicamente com a antecedência de dez dias, em relação à data em que vão ser discutidos, os documentos de prestação de contas do ano anterior, as Opções do Plano e a proposta de Orçamento da Junta de Freguesia para o ano seguinte.” É o que consta hoje em dia também da Lei das Finanças Locais.

E portanto, se concordassem, fazíamos a aprovação desta proposta de Regimento, já introduzindo estas duas alterações.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Está aberta a discussão, uma vez mais agradecendo o bom espírito de cooperação por detrás desta proposta de Regimento.

Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Aquilo que eu queria apenas dizer neste ponto é corroborar as palavras da Sra. Dra. Margarida Cabral; dizer que, efetivamente, foi possível constituirmos um grupo de trabalho que introduziu os pontos de vista que nos poderiam diferenciar. Com certeza que não será a proposta de Regimento que o PSD apresentaria, não será a proposta de Regimento que a Bancada do Partido Socialista apresentaria, ou que a Bancada da CDU faria, mas penso que todos nos revemos, foi possível conciliar, foi possível trabalhar com alguma rapidez, e eu penso que, de facto, é um sistema que deve ser adotado, sempre que houver condições de podermos trabalhar em conjunto, e assim podermos servir melhor esta nossa Assembleia.

Portanto, votaremos favoravelmente porque, efetivamente, consideramos que foi conseguido aqui um documento em que nos revemos todos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. CDS.

Hélder Correia (CDS-PP): Hélder Correia.

Também queria, na senda daquilo que já tem vindo a ser dito, no fundo, deixar nota de que, de facto, é possível fazer um bom trabalho, com algumas máximas de desburocracia e de simplificação. E portanto, enfim, com os novos meios informáticos, foi muito fácil chegar, de facto, a consenso, porque, efetivamente, ainda há boa vontade, e de facto, todos podemos fazer alguma coisa produtiva. E portanto, no fundo, é deixar este voto.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Bom, nesse caso, não sei se o Sr. Presidente da Junta quer acrescentar alguma coisa. Caso contrário...

Presidente do Executivo: Não, só quero felicitar os membros da Assembleia por terem chegado a este resultado ??? independentemente das opções políticas de cada um, ??? realmente, criar os mecanismos que vão permitir que esta Assembleia funcione melhor, em prol dos nossos cidadãos.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. E queria acrescentar, em nome da Mesa, que nos facilita o trabalho, porque não é obrigatório haver um Regimento, mas havendo um Regimento, é muito mais fácil gerir as nossas reuniões.

Vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

Temos a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. Não sei quem é que se quer pronunciar sobre esta matéria, se existe algum pedido de intervenção sobre a informação escrita que foi remetida oportunamente pelo Sr. Presidente do Executivo.

Não havendo nenhum pedido de intervenção, passamos ao ponto seguinte, que é o último, Aprovação de alteração ao Mapa de Pessoal e autorização para abertura de procedimento para contratação a termo de pessoal para a área da educação.

Eu dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para fazer esta proposta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Neste caso concreto, estamos a pedir à Assembleia – que é matéria de competência da mesma – que autorize que a admissão deste pessoal para a área da educação seja concretizada, porque nós, neste momento, com base nas transferências de competências da Câmara de Lisboa para a Junta, precisamos de ter este pessoal a trabalhar, e devidamente adstrito à Junta de Freguesia, que eram pessoas que estavam adstritas à Câmara. E é por esse mesmo facto que queremos começar por aí, ??? digamos, mais esta alteração ao Mapa de Pessoal, para conseguirmos continuar a exercer as nossas atividades. ??? essa parte aí, referente aos técnicos superiores de educação, isso é tudo por causa das AEC's, são pessoas que trabalham, por dia, cerca de duas horas, à volta disso. E portanto, é por isso, são vinte e cinco.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vou colocar este ponto à discussão. Fernanda Santos, do Partido Socialista.

Fernanda Santos (PS): Fernanda Santos, do Partido Socialista.

Relativamente a esta questão, já temos, em sessões anteriores, vindo a solicitar ao Executivo algumas informações sobre o Mapa de Pessoal. E nesse sentido, consideramos que deveríamos apresentar um requerimento ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para que nos seja facultada mais informação sobre o Mapa de Pessoal, naquilo que se prevê na Lei n.º 12-A/2008, e nomeadamente no art.º 4.º e no art.º 5.º. Ou seja, gostaríamos de ter mais informação sobre as atribuições, as competências, as atividades, o cargo, a carreira ou a categoria, até possivelmente sobre a área de formação académica e profissional, se assim o justificar.

Portanto, gostaríamos de ter uma informação mais completa, porque consideramos insuficiente esta informação que nos é facultada.

Posso apresentar o requerimento?

Presidente da Mesa: Pergunto se há mais alguém que se queira pronunciar sobre este ponto. Eu terei que colocar, naturalmente, o requerimento à votação, e teremos de decidir se estamos em condições de fazer a aprovação, na medida em que, pelo que percebi do requerimento, ele, sendo aprovado, requer que não seja votado este ponto na ausência desta informação. Que não seja votado, foi isso que eu interpretei. Isto é, eu reformulo a questão: a ausência de informação prejudica a votação, ou podemos fazer a votação independentemente de este pedido de informação poder ser fornecido hoje?

Fernanda Santos (PS): Consideramos que temos informação suficiente para tomar uma decisão, e portanto, para aprovar este pedido.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Sr. Presidente, este mapa que consta aqui deste documento é o mapa mínimo que consta ??? Portanto, e neste caso concreto, ??? a proposta é para admitir mais um assistente operacional ??? para tentarmos recrutar mais pessoas para a Junta de Freguesia. Existe já um caso que foi detetado, que era fundamental já, mais um assistente operacional para as escolas, em funções operacionais ??? de infância, estão a tratar das crianças. É uma necessidade urgente, e é só mais um a acrescentar aos que já lá estavam. Portanto, não sei qual é... Ainda estamos a precisar de mais pessoal ainda, ??? mais alterações ao Mapa de Pessoal. Mas, neste momento, isto é para fazer face ao aumento do número de salas de aula, portanto, neste caso concreto. ??? há mais pessoas, e portanto, há mais uma sala de aulas, é preciso recrutar mais gente.

Muito obrigado.

O Sr. Dr. João Carvalhosa, se não se importa, para complementar a minha informação.

João Carvalhosa (Vogal): João Carvalhosa, do Executivo da Junta de Freguesia.

Eu gostava só de fazer aqui uma nota aos procedimentos, que essa informação que estão a solicitar, em alguns casos, não nos é possível dar neste momento, e não vai ser possível dar, por um motivo simples: é que, por exemplo, estes vinte e cinco docentes para atividades extracurriculares são recrutados. E o que o PS quer é que haja uma lista de todos os funcionários, e com as categorias, e com...

Fernanda Santos (PS): Peço desculpa, não tem que ser com o nome dos funcionários; tem que ser o cargo que eles vão ocupar; não tem que ser a designação das pessoas que vão ocupar o cargo. Temos é que saber, efetivamente, porque esta informação que aqui temos é um bocadinho vaga – como, aliás, tem sido ??? pela nossa colega Ana Leal; técnico superior, assistente

técnico, assistente operacional. E portanto, isto não nos dá indicação concreta de quais é que são, efetivamente, estes cargos que são aqui... e que funções é que vão desenvolver. E essa informação, temos já pedido em sessões anteriores.

Presidente do Executivo: Esta proposta ??? que está, neste momento, aqui a ser fruto da autorização dos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, é única e exclusivamente para acrescentar mais um assistente operacional na área da educação; tudo o resto já estava aprovado. Foi só acrescentar mais uma senhora que vai tratar das criancinhas, ??? uma assistente operacional ??? auxiliar de ação educativa. Auxiliar de ação educativa.

Margarida Cabral (PSD): Não haveria a possibilidade, o PS não colocaria a possibilidade de podermos votar, que é para a contratação de uma pessoa, urgente... depois, não sei, teria que haver... se poderia haver também, ou não, a possibilidade de o Executivo se comprometer a dar mais informação, e informação de peso, mas *a posteriori*, para não pôr em causa esta votação agora, e a contratação desta pessoa...

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, há aqui uma questão ??? todo o dia, os elementos de recursos humanos, a recebermos pessoas que manifestam interesse em vir para a Junta, pessoas da Câmara. Portanto, também ainda não está bem definido, completamente, tudo isso. Agora, por exemplo, nós ainda não sabemos as características do pessoal de suporte que vem da Câmara para a Junta ainda. Ainda estamos numa fase de negociação muito difícil. Posso-vos dizer que algumas pessoas têm vindo, mas depois não dá nada, voltam atrás... E agora, por exemplo, até a própria Câmara nos pediu para nós ??? uma retificação ??? inicialmente proposto, porque já depois destes meses de exercício, é natural que tenhamos mais alterações a fazer às nossas necessidades. E é com base nisso... isto é um projeto ???, que a própria Câmara tomou essa iniciativa, de nos dizer: “Vejam lá se mantêm as vossas necessidades, que inicialmente tinham pedido aquando da negociação inicial, ou se já querem fazer mais algumas alterações.” E nós, eventualmente, vamos fazer algumas alterações. Isto, uma coisa é a teoria, e depois, outra coisa é na prática, concretamente... situações ??? bastante difícil, toda a gente sabe.

Portanto, neste momento, estarmos a fazer com essa precisão, é completamente impossível.

O Dr. Carvalhosa...

Presidente da Mesa: Eu julgo que é importante clarificar se na proposta que a Junta de Freguesia faz, se aquilo que expõe o art.º 4.º e o art.º 5.º está a ser verificado. E é isso que eu pedia ao Dr. João Carvalhosa para clarificar.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Na nossa prestação – e especialmente falando no art.º 5.º, que é o que refere o Mapa de Pessoal – as três alíneas do n.º 1, que especificam o que é que deve conter um Mapa de Pessoal, estão vertidas neste Mapa de Pessoal. Ou seja, a

alínea a) diz: “Atribuição, competência ou atividade que o ocupante se destina a poder executar”, está na primeira coluna; “O cargo ou a carreira que a isso corresponde”, está na segunda coluna. “Dentro de cada carreira, ??? quando imprescindível, dar informação académica e profissional.” “Quando imprescindível”; portanto, não quer dizer que haja uma obrigatoriedade de estar aí.

Nesta fase, quer dizer, perante este facto... lá está, para dar o exemplo dos docentes que vêm para as AEC's, é impossível, porque só depois do concurso é que nós vamos saber quais é que são ???. Portanto, na nossa perspetiva, cumprimos perfeitamente com o que está escrito na Lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Era esta clarificação que eu queria obter, na medida em que foi isso que o Partido Socialista evocou no seu requerimento. No fundo, é esta a avaliação que é imprescindível, ou não, que seja prestada enquanto informação.

Não sei se o Partido Socialista, depois destas explicações do Executivo, e das outras intervenções (nomeadamente a que a Margarida Cabral, do PSD, fez), se continua a entender que o requerimento vai ser votado, ou se podemos passar à votação da proposta do Executivo.

Fernanda Santos (PS): Nós consideramos a proposta feita pela Dra. Margarida Cabral, no sentido de que também compreendemos, e não queremos inviabilizar a contratação de uma pessoa, porque sabemos também o que isso significa; mas, efetivamente, podendo votar, fazemo-lo com o compromisso de que teremos uma informação mais concreta. Há vários exemplos de vários Mapas de Pessoal, de várias Juntas de Freguesia, que dão informação muito mais completa do que aquela que nos é dada aqui. Efetivamente, na área da administração geral, “técnicos superiores: duas pessoas”, é muito vago.

E portanto, agradecíamos que, assim que possível para o Executivo, que nos fosse facultada essa informação. E portanto, se for assumido esse compromisso, também poderemos, então, passar à votação desta situação específica.

Presidente da Mesa: Não sei se o Sr. Presidente da Junta quer usar da palavra. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Eu acho que, neste caso, ??? estarmos a especificar um pouco mais em detalhe o tipo de pessoas que queremos pode criar-nos alguns problemas, e depois impedir mais pessoas da Câmara de poderem vir para os nossos Quadros. Portanto, nesta fase, estamos a deixar isto um pouco mais aberto ainda, porque estamos numa fase muito inicial ???. E isto, realmente, acho que é importante pensar nisso, porque não sabemos se serão arquitetos ou engenheiros para o licenciamento ??? um engenheiro, ou até, noutros casos, estamos a pôr alguns assistentes técnicos, mas isso já numa fase mais abaixo, para apoiar os tais engenheiros, ou o tal arquiteto, na parte dos licenciamentos.

Isto vai depender muito do que a Câmara também tiver. Portanto, estamos numa fase em que tudo pode acontecer. Portanto, não podemos especificar muito, porque pode prejudicar a nós e a Câmara, nesta fase da negociação. Daqui a uns tempos, é natural que já tenhamos isto mais completo, como é lógico. Agora, nesta fase, é sempre difícil.

João Carvalhosa (Vogal): Mesmo só uma última questão, uma questão também de princípio, porque senão, às tantas... a Lei, portanto, já vimos que cumprimos com o que está na Lei. O que o PS pede é que haja mais informação; pronto, mas o que está na Lei, está cumprido. Quer dizer, eu acho que nenhum de nós tem problemas nenhuns de fornecer, de ter os dados disponíveis ??? imagine que amanhã, para além das competências académicas, queremos saber também o sexo, a idade... A questão é: obviamente que os documentos que são apresentados à Assembleia têm que cumprir o que está na Lei. Nós podemos pedir sempre mais uma infinidade de dados, e dizer: "Só vamos apreciar isso se nos apresentarem mais uma infinidade de dados", entendendo que, na vossa opinião, devem estar, apesar de não ser obrigatório por Lei. É só para tentar também não abrir aqui um precedente nesta questão ??? torna-se depois complicado para todos. Não estamos a ver um Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo, com uns onze mil funcionários, e discriminadas quais é que são as habilitações académicas e profissionais de cada um deles. É só para termos aqui a noção ???.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Tenho aqui um pedido de intervenção da Helena Dias Ramalho, do PSD.

Helena Ramalho (PSD): Boa noite. Helena Dias Ramalho, PSD.

Eu fazia apenas uma sugestão. Por acaso, o relatório de gestão da Câmara tem ??? em termos das categorias dos funcionários. O que é que eu sugiro? Uma vez que o processo de transição dos funcionários da Câmara para as Juntas ainda não está concluído, eu sugiro, faço uma sugestão ao Executivo, que se comprometa a fornecer, depois, no fim do processo, então, qual é a formação académica dos funcionários. Aí já é fácil, porque o grosso dos funcionários já passou para a Junta, já podem indicar, preencher, ao fim e ao cabo, concluir o Mapa, que falta aqui a área de formação. Eu penso que aí será fácil, e que não será nada de tão transcendente que não possam... para desbloquearmos apenas isto. Acredito que o PS ??? sem necessidade de haver informação de idade ou sexo, nada disso, nem o nome das pessoas, embora seja possível. Pronto, mas pelo menos a formação académica de todos os funcionários, no fim do processo. É isso que eu faço como sugestão ao Executivo.

Presidente da Mesa: Muito bem. Eu penso que esta sugestão, pelo que percebi ??? do requerimento ??? do Partido Socialista, o que percebi, não conseguimos registar as imagens, mas ???. Mas eu dou a palavra ao António Rodrigues, do Partido Socialista.

António Rodrigues (PS): António Rodrigues, Partido Socialista.

Então, confirmo verbalmente, fica assente na ata que o Partido Socialista concorda com esta sugestão do PSD.

Presidente da Mesa: Muito bem. Eu penso que, do que interpretei – a não ser que o Sr. Presidente da Junta me contrarie neste ponto, mas daquilo que interpretei, há possibilidade de, no final do processo, ter esta informação, que é a necessária, de modo a que este Mapa de Pessoal que foi apresentado possa incluir também, no final do processo, a área de formação dos respetivos ???. Sr. Presidente, aceita esta sugestão, neste contexto?

Vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com uma (1) abstenção, do Partido Comunista Português, e os restantes votos a favor. Portanto, são onze (11) votos a favor, e uma (1) abstenção.

Julgo que não temos mais nenhum ponto.

Eu queria dar uma informação, que não dei no início: eu, contra a minha vontade, faltei às duas últimas reuniões, porque entendi que não devia prejudicar a realização destas sessões pela circunstância de não poder estar presente, por compromissos que já estavam previamente assumidos. Entendi que, para não prejudicar o regular funcionamento dos trabalhos desta Assembleia, que ela se devia realizar na minha ausência, até porque havia decisões importantes a tomar. E agradeço a compreensão, e a circunstância que me levou a ter que ser substituído.

Obrigado, e boa noite.